

Gramática do português “ERRADO”

No português brasileiro falado, frequentemente são produzidas sentenças como:

De acordo com a gramática tradicional normativa, essas sentenças estão “erradas”.

Há pessoas que repreendem quem as produz, dizendo: “‘Mim’ não faz nada!”

(1) O DOUTOR DEU UM REMÉDIO PRA MIM TOMAR.

(2) UMA COISA PRA MIM PENSAR...

O erro apontado diz respeito ao pronome, depois da preposição e antes do verbo no infinitivo, estar no caso oblíquo. Ocorre que a pre-

posição e o verbo têm como complemento o mesmo pronome, entretanto, depois de uma preposição usamos o pronome oblíquo (me, mim, ti, si) e antes de um verbo finito usamos o pronome do caso reto (eu, tu, ele). A gramática tradicional considera que o verbo deve ter a preferência, sendo assim, o pronome deve vir no caso reto. Dessa forma, o verbo é tomado como um infinitivo pessoal (por ex.: para eu fazer/para eles fazerem).

Para os falantes há claramente um conflito de regras:

(i) uma diz que pronomes pessoais na posição de complemento do verbo ou depois de preposições devem ser oblíquos, como ‘mim’, ‘me’ e

(ii) outra diz que os pronomes antes de verbos finitos, ou seja, como sujeito, devem ser retos, como ‘eu’.

Obviamente nenhuma das regras é absoluta e cada uma abarca uma série de exceções, e não há muita indicação de

qual regra deve ser superior à outra; nos exemplos (1) e (2), o que vemos é simplesmente o uso da regra (i), e a gramática recomenda (ii).

Nos exemplos (5) e (6), a gramática recomenda a regra (i), mas, pela lógica que ela quer que se aplique a (1) e (2), deveria recomendar a regra (ii), e o resultado deveria ser (5) e (6), que são sentenças condenadas pela gramática:

- (3) Deixe-me ir.
- (4) Faz-me rir.
- (5) Deixa eu ir.
- (6) Faz eu rir.

O que o falante que produz (1), (2), (5) e (6) faz é simplesmente regularizar regras arbitrárias da gramática tradicional, mostrando que os falantes são muito mais inteligentes que as gramáticas que eles são obrigados a seguir.

